



VII ARFAI STºANTONIO

DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL 6 DE DEZEMBRO DE 2012

BALANCETE

Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 5 de Dezembro de 2011, apresentando um saldo de **2.617.368,13 €** (dois milhões seiscentos e dezassete mil e trezentos e sessenta e oito euros e treze cêntimos).

RECRUTAMENTO DE PESSOAL NO ÂMBITO DAS RESERVAS DE RECRUTAMENTO RESULTANTES DE PROCEDIMENTO CONCURSAL - 1 TÉCNICO SUPERIOR - ARQUITECTURA.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizado o recrutamento com recurso às reservas de recrutamento constituídas no âmbito do procedimento de concurso abaixo indicado, e ainda vigente, de um posto de trabalho na categoria de Técnico Superior – Núcleo de Licenciamento de Espaço Público – Divisão de Gestão do Espaço Público, no âmbito do procedimento concursal comum publicado na 2.ª Série do Diário da República através do Aviso n.º 11199/2010, de 04 de Junho de 2010;

CONSTITUIÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado e submetido à aprovação da Assembleia Municipal os termos da deliberação, para proceder à constituição da Área de Reabilitação Urbana – ARU, de forma a revitalizar o centro histórico de Vila Real de Santo António, bem como melhorar significativamente o nível de infra-estruturas e a qualidade urbanística do Concelho, nos termos das disposições conjugadas da alínea h) do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, e do artigo 71.º do Estatuto dos Benefício Fiscais:

1. A aprovação, nos termos dos artigos 7.º, 14.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, a Área de Reabilitação Urbana correspondente às Unidades de Execução n.º 1, 2 e 3, tal como definidas nos respectivos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana:

- a) Unidade de Execução 1, delimitada a Norte pela Rua de Ayamonte, a Sul pela Rua 25 de Abril, a Este a Avenida da República e a Oeste a Rua da Princesa.
 - b) Unidade de execução 2, delimitada a Norte pela Rua de Ayamonte, a Sul pela Rua 25 de Abril, a Este a Rua da Princesa a Oeste as Ruas de José Barão e do Jornal do Algarve.
 - c) Unidade de execução 3, delimitada a Norte pela Rua de Ayamonte, a Sul pela Rua 25 de Abril, a Este as Ruas de José Barão e do Jornal do Algarve e a Oeste as Ruas de António Capa e a 1.º de Maio.
- 2. A aprovação, nos termos dos artigos 33.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana correspondentes às Unidades de Execução n.º 1, 2 e 3 enquanto operações de reabilitação urbana sistemática.
 - 3. A constituição, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, da VRSA, SGU, EM como entidade gestora da operação de reabilitação nas áreas referidas no n.º 1.
 - 4. A atribuição, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, dos seguintes benefícios fiscais em sede de impostos municipais, constantes do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, nas Áreas de Reabilitação Urbana referidas no n.º 1:
 - i) Os prédios urbanos objecto de acções de reabilitação são isentos de imposto municipal sobre imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação.
 - ii) São isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado.
 - 5. Nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 33.º, do artigo 36.º, dos artigos 44.º a 48.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, são delegados à VRSA, SGU, EM, na qualidade de entidade gestora dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, os seguintes poderes, nas áreas de reabilitação urbana respectivas:
 - i) as competências para a prática dos actos administrativos inseridos nos procedimentos de licenciamento e de comunicação prévia de operações urbanísticas, e ainda de autorização de utilização, que, nos termos do disposto no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sejam da competência da câmara municipal ou do seu presidente;
 - ii) Inspecções e vistorias, nomeadamente as competências para ordenar e promover, em relação a imóveis localizados na respectiva área de reabilitação urbana ou na área de intervenção da SRU, a realização de inspecções e vistorias de fiscalização, nos termos

previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro;

iii) Adopção de medidas de tutela da legalidade urbanística nos termos previstos no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro;

iv) Cobrança de taxas;

v) Recepção das cedências ou compensações devidas.

6. Nos termos dos artigos 54.º a 64.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, são expressamente delegados na VRSA, SGU, EM, na qualidade de entidade gestora dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, os poderes necessários para o desenvolvimento dos seguintes instrumentos de execução, nas áreas de reabilitação urbana respectivas:

i) Imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas;

ii) Empreitada única;

iii) Demolição de edifícios;

iv) Direito de preferência;

v) Arrendamento forçado;

vi) Servidões;

vii) Expropriação;

viii) Venda forçada;

ix) Reestruturação da propriedade.

7. As competências delegadas em conformidade com a Lei e expressas nos pontos 5 e 6 da presente deliberação, serão assumidas pela SGU em articulação com a Câmara Municipal.

Pela Sra. Vereadora Jovita Ladeira foi formulada a seguinte Declaração de Voto:

“Abstenho-me e remeto a posição política final do Partido Socialista para a votação em Assembleia Municipal”

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, consequentemente, não participou na votação.

DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA EFEITOS DE ALIENAÇÃO, NO ALDEAMENTO TURÍSTICO MONTE FINO, FREGUESIA DE MONTE GORDO, CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO (PROC. 1/1971- COD.03) - ANTÓNIO GOVERNO CARDOSO.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a desafecção da parcela de terreno com área de 60.87 m², do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado do município, para posterior deliberação da Assembleia Municipal, para efeitos de alienação por parte

do Sr. António Governo Cardoso titular do Lote1 do Aldeamento Turístico Monte Fino em Monte Gordo, prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António, sob o nº 3451/20110607, encontrando-se omissa na matriz, por necessidade de regularização da construção ali existente, - a parcela sujeita à desafecção em discussão confrontará a Norte, Sul e Nascente com Domínio Público Municipal e a Poente com o Lote 1 do Aldeamento Turístico Monte Fino.

SUSPENSÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO PRECOCE CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A FUNDAÇÃO IRENE ROLO.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de se proceder à suspensão do Protocolo de Cooperação de Intervenção Precoce, celebrado em 17 de Maio de 2005 entre o Município de Vila Real de Santo António e a Fundação Irene Rolo, de forma temporária e com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2012, pese o reconhecimento de que o mesmo é uma medida de apoio integrado muito importante;

ALTERAÇÃO DO PONTO 1, DO ARTIGO 4.º, DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, DE MÉRITO E DE INVESTIGAÇÃO – VERSÃO FINAL.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a versão final do Regulamento para a Atribuição de Bolsas de Estudo, de Mérito e de Investigação e condicionada a esta deliberação seja submetida para aprovação da Assembleia Municipal a versão final do referido Regulamento a fim de ser publicada em Diário da República.

BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS - DOAÇÃO DE MATERIAL ORTOPÉDICO À ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA MÃO AMIGA.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido de ser autorizada a doação do material ortopédico, à Associação de Beneficência Mão Amiga, que desenvolve actividades relacionadas com a prestação de cuidados que atenuam as dificuldades de mobilidade e que visam a melhoria da qualidade de vida daqueles que de alguma forma se vêm privados dos padrões de saúde desejáveis, devendo o referido material ser abatido e retirado do património municipal.

PROTOCOLO DE APOIO A FAMÍLIAS CARÊNCIAS NA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS A CONCEDER PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL SANTO ANTÓNIO - LISTAGEM DE VALORES ATRIBUÍDOS EM NOVEMBRO DE 2011- RATIFICAÇÃO.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido de serem ratificados os despachos onde foram autorizados a emissão de Vales referentes ao mês de Novembro, de acordo com o nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com as respectivas alterações.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES À EMISSÃO DE LICENÇAS PARA A REALIZAÇÃO DO PASSEIO DE BTT DE NATAL DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS D. JOSÉ I DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a isenção total das taxas relativas à apreciação do pedido e emissão de licença, bem como a isenção, em futuros pedidos, das taxas, desde que o objecto da licença seja, da mesma natureza e solicitados pela mesma entidade, nos termos do disposto do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais.

ISENÇÃO DAS TAXAS RESPEITANTES AOS PEDIDOS DE APRECIAÇÃO DE EXUMAÇÕES E INUMAÇÃO DO CADÁVER DE JACINTO ANDRADE DE FIGUEIREDO, DO TALHÃO PARA O MAUSÓLEU DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. João Rodrigues, no sentido de ser autorizado o pedido de isenção total das taxas relativas à apreciação de pedido de Exumações, transladação e Inumação de cadáveres e restos mortais do talhão para o Mausoléu dos Bombeiros, bem como em pedidos futuros, considerando a natureza da instituição em causa e o facto de ser uma instituição de interesse público, nos termos do disposto do artigo 9º. do Regulamento Geral das Taxas Municipais.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG) - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO- RATIFICAÇÃO.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos números 2 e 4 do artigo 22º. da Lei nº. 55-A/2010, de 31 de Dezembro, para a celebração de Contrato de aquisição de Serviços Técnicos na Área de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) – Rosemaire Nzinga Fernandes Luis.

ALTERAÇÃO AO CONTRATO PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, E.M., SA, PARA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DO TERRITÓRIO.

A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovada a alteração ao contrato programa celebrado entre o Município de Vila Real de Santo António e a VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E.M., SA, para delegação de competências na área do território:

- Na cláusula 3ª e 9ª, onde se lê:

CLÁUSULA TERCEIRA

(Funções)

1. No âmbito da delegação de poderes de natureza de planeamento, cabem à VRSA SGU EM SA as seguintes funções:
 - 1.1. Prestar a consultoria técnica e operacional necessária ao Município para a elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal;
 - 1.2. Prestar a consultoria técnica e operacional necessária ao Município na elaboração e conclusão, nomeadamente, dos Planos de Pormenor do Passeio de Santo António, em VRSA, da Zona Nascente de Monte Gordo, da Zona Poente de Monte Gordo, da Expansão Norte/Poente de VRSA, da Zona do Cemitério de VRSA, do Bairro da Caixa, e da Salvaguarda do Núcleo Pombalino de VRSA;
 - 1.3. Continuação do estudo para elaboração de documento estratégico para o núcleo pombalino de VRSA, cujo resultado será a constituição da Área de Reabilitação Urbana (ARU).

CLÁUSULA NONA

(Indicadores de eficácia)

1. As funções referidas na Cláusula Terceira do presente contrato-programa inscrevem-se no propósito de executar tais objetivos até ao final do ano de 2011, sendo a eficácia da sua execução aferida pelos seguintes indicadores:
 - a) Muito Eficaz – prestar a consultoria necessária ao Município no momento em que é solicitada.
 - b) Eficaz - prestar a consultoria necessária ao Município até um mês após o momento em que é solicitada.
 - c) Ineficaz - prestar a consultoria necessária ao Município até dois meses depois do momento em que é solicitada.

Deverá passar a ler-se:

CLÁUSULA TERCEIRA

(Funções)

1. No âmbito da delegação de poderes de natureza de planeamento, cabem à VRSA SGU EM SA as seguintes funções:
 - 1.1. Elaboração de estudo técnico necessário ao Município para a elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal;
 - 1.2. Elaboração de estudos técnicos necessários ao Município na elaboração e execução, nomeadamente, dos Planos de Pormenor do Passeio de Santo António, em VRSA, da Zona Nascente de Monte Gordo, da Zona Poente de Monte Gordo, da Expansão Norte/Poente de VRSA, da Zona do Cemitério de VRSA, do Bairro da Caixa, e da Salvaguarda do Núcleo Pombalino de VRSA;

- 1.3. Conclusão da 3ª fase do estudo para elaboração de documento estratégico para o núcleo pombalino de VRSA, cujo resultado será a constituição da Área de Reabilitação Urbana (ARU).

CLÁUSULA NONA

(Indicadores de eficácia)

1. As funções referidas na Cláusula Terceira do presente contrato-programa inscrevem-se no propósito de executar tais objetivos até ao final do ano de 2011, sendo a eficácia da sua execução aferida pelos seguintes indicadores:
 - a) Muito Eficaz
 - Entrega dos estudos técnicos solicitados pelo Município até 3 meses após a solicitação.
 - b) Eficaz
 - Entrega dos estudos técnicos solicitados pelo Município até 5 meses após a solicitação.
 - c) Ineficaz

Entrega dos estudos técnicos solicitados pelo Município até 8 meses após a solicitação.

Para os devidos efeitos se consigna que a Sra. Vereadora Sílvia Madeira declarou -se impedida, por ter um vínculo contratual com a SGU, e, consequentemente, não participou na votação.

INTEGRAÇÃO NO EXECUTIVO MUNICIPAL, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, DA SRA. VEREADORA SÍLVIA DURO LOPES GOMES MADEIRA.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a integração no Executivo Municipal, da Sra. Vereadora Sílvia Duro Lopes Gomes Madeira, em regime de tempo inteiro.

**GABINETE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PROTOCOLO
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, 6 DE DEZEMBRO DE 2011**